

## **ATA DA III REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PLENO DO DIA 09 DE ABRIL DE 2024**

Aos nove dias do mês de abril, deu-se início, às 8h50, em terceira chamada, à III Reunião Ordinária do Conselho Pleno deste Colegiado na sede do Conselho Municipal de Educação com localização na Escola Municipal Júlio César de Almeida Lorangeira, situada à rua Délio Gomes Ferreira, s/n, Parque das Palmeiras. Reuniram-se os Conselheiros Municipais de Educação, com a participação da presidente do Conselho, Silvia Almeida Lira, da vice-presidente, Mariana Inácio de Oliveira Máximo, e dos seguintes conselheiros de forma presencial: Marcos Paulo Pereira Ramos, Alex de Almeida, Cristiane Cunha Vaz da Silva Inoue, Nevaldo Leocádia Bastos Júnior, Norielem de Jesus Martins, Barbara de Oliveira Sinclair Haynes, Carmen Lucia dos Santos Calheiro, Elaine Jaques Sotero, Luana Graziella Bandeira, Suzana do Carmo Roza de Oliveira, Patrícia Aparecida Viríssimo, Alex Targini, Jorge Luiz da Silva Nunes, além da assessora técnica Cristiane Carneiro, da secretária executiva Simony Valim da Rocha e do professor Luiz Caldas, como ouvinte, representando o grupo de aposentados do Magistério. Respeitadas as disposições regimentais, a presidente Silvia Lira iniciou a reunião cumprimentando os conselheiros e apresentando o novo conselheiro Marcos Paulo. Passando à pauta, como primeiro ponto, deu-se a palavra ao professor Luiz Caldas. O docente, hoje aposentado, afirmou que, em 2022, foi sancionada, pelo governo federal, a lei 14.325, a qual dá direito aos aposentados e aos ativos dos precatórios do FUNDEF e FUNDEB, porque no período de 1996 a 2016 o valor repassado era inferior ao valor real. Hoje são 310 aposentados que buscam informações sobre esses precatórios e que, enquanto grupo, já entraram em contato com vereadores, com deputados e com o TCE, mas ainda não obtiveram resposta. Também, por meio do SEPE, procuraram a Secretaria de Educação, mas a resposta não foi elucidativa. A dúvida é se o Estado do Rio de Janeiro recebeu esses precatórios e, conseqüentemente, os seus municípios. Caso tenha recebido, por que não foi repassado e, se não foi repassado, se ainda é possível entrar com uma ação para receber esses valores. Sua solicitação é de que o CME auxilie na busca por respostas. A vice-presidente Mariana Máximo sinalizou que, após o contato do professor Luiz Caldas, verificou os cadernos do FUNDEB e também falou com o departamento de controle interno da Secretaria de Educação, tendo acesso ao mesmo parecer. Assim verificou que não recebemos os precatórios. A conselheira Patrícia Viríssimo afirmou que Luís Cláudio trouxe a informação da UNCME RJ de que o Estado do Rio de Janeiro não recebeu os precatórios e que ainda não tem resposta porque está sendo feita uma reavaliação. Mariana afirmou que o CME, junto do professor Luís Cláudio, Coordenador da UNCME RJ - Costa Verde - e do SINSPMAR, procurará por informações e que essa questão é muito relevante. O professor Luiz Caldas agradeceu a oportunidade e se retirou da reunião em virtude de outro compromisso. Os conselheiros agradeceram a contribuição do professor. Voltando à pauta, a presidente Silvia Lira abordou a participação dos conselheiros no XXIV Encontro Estadual dos Conselhos Municipais da Educação do Rio de Janeiro, em 23 e 24 de maio, na cidade de Nova Friburgo, e compartilhou no grupo as informações necessárias para os interessados em participar desse evento. Na data do Encontro, a nova diretoria da UNCME RJ tomará posse. Em seguida, falou sobre a participação do CME na 1ª Reunião de Trabalho do Grupo Articulador de Fortalecimento dos Conselheiros Escolares do Estado do Rio de Janeiro - GAFCE-RJ, no dia 04 de abril, na UFF, em Niterói. As articuladoras do nosso município são as servidoras Priscilla Barros e Marilza. Mariana Máximo prosseguiu com a pauta e abordou o ofício enviado para o Gabinete do Prefeito Fernando Jordão e pontuou que ainda não tivemos resposta. A conselheira Cristiane Inoue fez o repasse sobre a

conversa com o Controlador do Município e o Secretário de Governo sobre a Meta 17 e a resposta que obteve foi que eles terão uma reunião, hoje, e que depois farão uma reunião com ela. Cristiane ainda procurou o Secretário de Educação e ele também está buscando informações sobre o impacto da Meta 17 na folha de pagamento. A conselheira pediu celeridade ao processo por ser o último ano de vigência do PME, além de ser um ano eleitoral. Ela ainda fez o convite para a caminhada pacífica pela Meta 17 nos dias 13 e 17 de abril. O Conselheiro Alex de Almeida questionou se no ofício enviado abordou-se a questão das Berçaristas. A vice-presidente Mariana Máximo afirmou que não e que fará posteriormente. Alex de Almeida argumenta que a Lei Eleitoral veda qualquer tipo de aumento aos servidores que não seja relativo à perda inflacionária. O conselheiro ainda questiona como o governo vai cumprir essa promessa. Cristiane Inoue afirma que essa proposta está de acordo com uma política nacional e que está em discussão há anos, com duração decenal e sendo o ano de 2024 o último ano para efetivação da Meta 17. Cristiane afirma que todos os discursos têm intencionalidade e que qualquer fala contrária à Meta 17 é uma forma de boicote. Alex de Almeida reforça que a legislação veda este tipo de aumento no contexto eleitoral. A conselheira Patrícia Viríssimo solicita que se verifique junto à Comissão de Educação da Câmara o cronograma da Meta 17 feito pelo vereador Charles Neves. Cristiane Inoue afirma que procurou informações e que até o final de abril é possível aplicar a meta. Prosseguindo a pauta, Silvia Lira abordou a deliberação do Histórico da Educação Infantil, que já foi encaminhada à SEJIN e que o CME está fazendo o movimento de encaminhar para as escolas privadas, além disso haverá a realização do Fórum no dia 30/04. Passando ao último ponto da pauta, Mariana Máximo fala do Processo Eleitoral para Suplente de Professor da Educação Básica, tendo em vista a saída do conselheiro Nevaldo Bastos dessa categoria. A suplente, professora Luana, passou a ser titular, por isso a demanda de eleição. Mariana Máximo, nesse contexto, apontou que precisamos constituir uma Comissão para esse processo. O conselheiro Alex de Almeida indicou que precisamos ainda de representantes para os Estudantes da Educação Básica e Educação do Campo. Mariana reconheceu essa demanda e passou para a constituição da comissão. Os conselheiros que se prontificaram foram Nevaldo Bastos, Cristiane Inoue, Luana Bandeira e a assessora técnica Cristiane Carneiro. Mariana, então, apresentou fotos de atividades do CME no último mês (visitas a escolas, reuniões e eventos) e Cristiane Carneiro comentou as atividades. Patrícia Viríssimo pediu a palavra e levantou a questão da segurança do CEMEI Deise Maria, que está funcionando em um local provisório, no que concerne ao portão de entrada. Ela se comprometeu a enviar uma foto mostrando a situação e ressaltou que a creche está bem cuidada, mas sua preocupação é apenas com a segurança. A presidente Silvia Lira falou da possibilidade de no dia 18/04 fazermos uma visita à creche. A vice-presidente então leu os informes para os conselheiros. Temos visitas a escolas nos dias 11/04 e 18/04; a reunião da Comissão de Gestão Democrática e da Câmara de Legislação e Normas aconteceu no dia 25/04 e o conselheiro Nevaldo Bastos é o novo coordenador; hoje haverá reunião da Câmara de Educação Básica após a reunião do pleno; as inscrições para o curso do TCE ainda estão abertas, mas pedimos celeridade porque há trâmites para essa participação; também temos inscrição para o XXIV Encontro Estadual dos Conselhos Municipais de Educação do Estado do RJ. Alex de Almeida solicita, por requerimento verbal, acesso ao ofício 273 de 2023, que é uma resposta da SEJIN quanto à questão da territorialidade da atuação sindical dos servidores técnico-administrativos e sua representação. Silvia esclarece que o caminho é a solicitação via protocolo e Alex de Almeida pede que se registre esse pedido na ata. O conselheiro Alex de Almeida faz outro requerimento verbal, que se coloque na discussão as macropolíticas do município (tablets, chip e reconhecimento facial) e a pauta da conselheira Barbara. No caso, essa pauta é a Lei Lucas, como explicou a vice-presidente. Mariana ressaltou que desde dezembro de 2023 a agenda da Secretaria de Educação está com muitas demandas e que, por isso, algumas questões não avançam como gostaríamos.

Mariana passou a palavra à Conselheira Bárbara e ela deu ciência ao Conselho de que a Secretaria de Saúde está com ações voltadas para a saúde auditiva dos estudantes do 1º ano de escolaridade da rede e informou que as escolas receberão verba com a finalidade de compra de materiais voltados para saúde bucal. Esse trabalho terá articulação com os profissionais da saúde do território. Sobre a Lei Lucas, Barbara afirmou que o diálogo já foi iniciado, mas que aguarda o retorno do SEJIN. Silvia Lira encaminha a votação para que discutamos as pautas sugeridas pelo conselheiro Alex de Almeida ainda hoje ou que fique como pauta para a próxima reunião. O pleno deliberou que esses pontos estejam na pauta da próxima reunião. O conselheiro Jorge compartilhou com o Conselho alguns eventos na área da saúde visual. A conselheira Luana relata sua angústia acerca da opinião dos professores sobre as macropolíticas do município. Após as considerações finais, a Presidente do CME, Silvia Almeida Lira agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E eu, Simony Valim da Rocha, li e encerro esta ata. Ata lida e aprovada ao término da III Reunião Ordinária de nove de abril de dois mil e vinte e quatro.